

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.802 - GO (2018/0286126-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : LUZIA SEVERINA DE FREITAS
ADVOGADO : LUCIANA VILLAS BOAS MARTINS BANDECA - GO026352

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 131, e-STJ):

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO EM 31.12.1972. RESTABELECIMENTO. BENEFÍCIO CESSADO. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO. CUMULAÇÃO COM AMPARO SOCIAL. IMPOSSIBILIDADE. PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. O benefício de pensão por morte foi concedido à autora em 22.08.1977, porém foi cessado posteriormente por motivos não esclarecidos em 30.06.1994.

2. Ainda que a concessão do benefício contenha indícios de irregularidade ou fraude, é necessário garantir ao segurado o exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório, previstos no inciso LV do art. 5º da CF/88.

3. Nos termos do artigo 20, §4º da Lei nº 8.742/93 é incabível a cumulação de qualquer benefício com o benefício assistencial. Logo, o benefício de prestação continuada concedido à autora em 23.04.1991, deve ser cessado tendo em vista ser o recebimento da pensão por morte mais vantajoso, uma vez que nos termos do art. 21 da Lei nº 8.742/93, tal benefício de prestação continuada tem o caráter temporário, sem percepção do 13º - décimo terceiro -salário. Autorizada a compensação no período em que coincidir os benefícios.

4. Correção monetária e juros de mora nos termos do MCCJF.

5. A Jurisprudência majoritária desta Corte é contrária à aplicação de multa diária contra a Fazenda Pública, a não ser que comprovada a recalcitrância do ente público no cumprimento de decisão judicial. Hipótese não configurada.

6. Remessa oficial parcialmente provida, nos termos dos itens 3 a 5.

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme ementa de fl. 150, e-STJ.

No apelo especial, a parte recorrente alega, preliminarmente, violação do art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou sobre pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

Quanto ao mérito, traz ofensa aos artigos 333 e 6º da Lei Complementar 16/73 e

ao art. 124 da Lei 8.213/91, alegando a aplicação dos referidos dispositivos à época do óbito do segurado (31/12/1972), e suscita a inacumulabilidade da pensão por morte rural concebida sob égide da LC 11/1971

Argumenta que a aplicação das lei 8.213/91 e 9.032/95 às pensões deferidas anteriormente à sua vigência viola o princípio constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI e 195 da Constituição Federal). (e-STJ fl. 161).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fl. 175, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Ademais, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de violação dos artigos art. 5º, XXXVI e 195 da CF/88.

No que diz respeito aos artigos 124 da Lei 8.213/91, 6º e 333 da Lei Complementar 16/73 (e a tese a eles vinculada), verifica-se que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Incide ao caso a Súmula 211/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator